

A CIDADANIA LOCAL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÓNICA

Nelson Dias

Associação In Loco

S. Brás de Alportel / Portugal

1. NOTAS DE APRESENTAÇÃO

1.1 Associação In Loco

A Associação In Loco é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 1988, que tem como lema: “Pensar globalmente, agir localmente”.

A sua área de intervenção directa é a Serra do Caldeirão, uma zona de média montanha no centro e leste do interior algarvio.

Segundo os seus estatutos, visa:

- promover o desenvolvimento local, entendido como processo de melhoria de condições de vida das populações, através de iniciativas de base comunitária;

- contribuir para o desenvolvimento e plena valorização dos recursos humanos e materiais do interior serrano, em ligação com as populações locais e todas as instituições e personalidades interessadas.

A In Loco conta, actualmente com cerca de 40 colaboradores especializados, com experiência em diversos sectores: desenvolvimento local e regional; metodologias de intervenção e de avaliação; formação profissional e criação de microempresas; cooperativismo e associativismo; animação sócio-educativa, educação de adultos e educação de infância; comunicação, documentação e informação; informática e telemática; engenharias alimentar, hortofrutícola e agroflorestal; filosofia; psicologia social, sociologia e antropologia; ecologia e educação ambiental; turismo rural e ecomuseologia; contabilidade e gestão.

Para a In Loco, o desenvolvimento tem de assentar na vontade e nos saberes dos indivíduos e dos grupos dispostos a melhorar a qualidade de vida nos territórios onde vivem e trabalham, desse modo conquistando uma cidadania plena e fundamentando a construção de uma democracia mais participativa.

A Associação desenvolve trabalho em áreas muito diversificadas, procurando dar resposta aos problemas e necessidades detectadas no processo de intervenção territorial: animação de processos de desenvolvimento local; formação e inserção profissional; enquadramento e consultoria às pequenas e médias empresas; apoio ao artesanato; valorização e comercialização de produtos locais; promoção do turismo rural; desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas às necessidades locais; animação comunitária, nomeadamente, com crianças, jovens e mulheres; formação e enquadramento de jovens animadores locais; realização de estudos e de projectos de investigação sobre produtos locais; recolha, organização e divulgação de informação; realização de encontros e seminários; produção e edição de livros, documentos, uma revista, um jornal e diversos boletins.

1.2 Serra do Caldeirão – o território de intervenção

A Associação In Loco tem conduzido uma intervenção para a promoção do desenvolvimento local num vasto território, designado de Serra do Caldeirão, localizado no sul do país.

Embora tenha sido feito um investimento significativo nos últimos anos em termos infraestruturais, a Serra do Caldeirão continua a apresentar as características das regiões deprimidas: o isolamento e grande distância aos mercados e centros de decisão, a carência de equipamentos colectivos, a falta de serviços públicos, a desertificação humana e ecológica e uma economia assente em grande medida numa agricultura de subsistência.

Aos baixos níveis de desenvolvimento sócio-económico podemos juntar as elevadas taxas de analfabetismo e a falta de formação e de qualificação da maioria da população, o que, no conjunto, configura um quadro de grande risco de exclusão social e marginalização.

De uma forma global, a distribuição da população pelos postos de trabalho tem especificidades muito próprias:

- *é geracional* – são os mais idosos que se dedicam à agricultura, enquanto os mais novos estão no terciário;
- *é sazonal* – o emprego ligado ao turismo e comércio, exercido fora da zona, funciona sobretudo no Verão, ficando as pessoas desempregadas o resto do tempo;
- *assenta na pluriactividade* – existe uma estratégia de diversificação dos rendimentos familiares. O desempenho sazonal pode assim ser absorvido pela estrutura económica de base familiar.

A situação de plurirrendimento, traço fundamental da realidade sócio-económica de muitas famílias, remete para a combinação de uma agricultura a tempo parcial com o exercício de uma profissão ou de várias outras actividades. Esta aliança permite a manutenção das pequenas explorações familiares, evitando um abandono completo, de temíveis consequências ecológicas, e poupa ao orçamento familiar as despesas relativas à aquisição de grande parte dos produtos alimentares.

A taxa de actividade fica muito abaixo da média nacional. Entre os activos, o emprego por conta de outrem resume-se, muitas vezes, aos poucos serviços existentes. É o caso

das Juntas de Freguesia, do apoio às escolas, de algumas Casas do Povo, de Postos de Saúde (geralmente abertos só alguns dias por mês), dos serviços de Correios e pouco mais. É a Câmara Municipal que geralmente aparece como maior empregador ao nível de cada Concelho. Mesmo a maior parte do comércio tem características familiares, de modo que quase não há criação de emprego para outras pessoas da comunidade.

Ultimamente, têm sido criadas pequenas empresas: unidades de transformação agroalimentar, oficinas de produção artesanal, restaurantes familiares e alojamentos de turismo rural – quase sempre, por mulheres e jovens. Paralelamente, diversas associações locais têm lançado novos serviços de apoio social para crianças e idosos. Estas iniciativas podem ser consideradas casos exemplares, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das populações e animando as comunidades através do seu efeito multiplicador.

2. A TENDÊNCIA GLOBAL

2.1 A nova ordem mundial que limita o exercício da cidadania

A concepção crescentemente dominante do neoliberalismo tem vindo a implantar-se sem grande oposição no mundo actual. Em traços muito gerais, a filosofia política desta corrente assenta na ideia de que o intervencionismo estatal é prejudicial a um mercado livre capitalista, sendo este por sua vez um garante essencial para a democracia e a liberdade individual, devendo-se por isso favorecer a expansão do comércio livre e a competição entre os países, segundo os princípios da vantagem comparativa e especialização.

A imposição da lei do mercado livre ganha assim contornos de doutrina dominante que exclui a possibilidade de desenvolvimento de países e regiões que não manifestam preparação para aceitar as regras do jogo. O “desenvolvimento” torna-se, deste modo, possível apenas para aqueles que querem abandonar as suas tradições e aceitam a devoção total ao lucro económico, mesmo que para isso tenham que abdicar de uma série de obrigações sociais, ambientais e culturais.

À luz da nova ordem mundial, a integração nos sistemas nacionais e internacionais de mercados capitalistas é condição básica para que um determinado país ou região possa considerar-se desenvolvido.

A emergência de um mercado económico global que coloca necessidades de competição à mesma escala, permite ao neoliberalismo reforçar-se, limitando em simultâneo as possibilidades de actuação do Estado-Nação. Significa isto que a globalização é um instrumento fundamental para aniquilar as possibilidades de contestação ao modelo de desenvolvimento neoliberal, que assim sem barreiras se afirma com o modelo hegemónico.

O neoliberalismo tem sido capaz de criar em torno de si um considerável consenso, que Boaventura Sousa Santos chama de **consenso liberal**¹ o qual se desdobra em quatro consensos principais:

- o *consenso económico neoliberal* diz respeito à organização da economia, onde se incluem a produção e os mercados financeiros, e assenta entre outros suportes na liberalização dos mercados, privatizações, minimalismo estatal, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e no poder financeiro dos grandes bancos;

- o *consenso do Estado fraco* ultrapassa o domínio económico e social. O Estado deixa de ser o espelho da sociedade civil para passar a ser o seu oposto. Significa isto que a força do Estado passa a ser a causa da fraqueza e desorganização da sociedade civil. O Estado fortemente democrático é considerado inerentemente opressivo, ineficiente e predador, pelo que o seu enfraquecimento é pré-condição para o fortalecimento da sociedade civil;

- o *consenso democrático liberal* consiste na promoção internacional de concepções minimalistas de democracia como condição de acesso dos Estados nacionais aos recursos financeiros internacionais. Sobretudo para os países do sul este consenso obriga à aceitação deste tipo de democracia como forma de sobrevivência;

¹ Santos, B. de S. (1998) *Reinventar a democracia*. Fundação Mário Soares/Gradiva. Lisboa, pp. 25-29.

- por último, *o consenso do primado do direito e dos tribunais*, que deriva do modelo de desenvolvimento promovido pelos três consensos anteriores. Este modelo dá total prioridade à propriedade privada, às relações mercantis e ao sector privado, o que exige um novo quadro jurídico e atribui aos tribunais um novo papel, bastante mais central, enquanto garantes do comércio jurídico e instâncias de resolução de litígios. O novo papel das instâncias da lei é crucial como forma de garantir e legitimar um modelo opressor, que estendeu o seu alcance de forma significativa nos últimos anos.

Por várias razões, este cenário neoliberal tem obviamente implicações directas no exercício da cidadania.

Isto significa que o Estado tem-se demitido progressivamente dos seus deveres de protecção dos cidadãos. Isto acontece por um lado, porque o Estado tem de facto menos poder e, por outro, porque tem vindo a “transferir” para o sector privado funções que efectivamente deveriam pertencer ao Estado, com prejuízo óbvio e imediato para os cidadãos.

Quer dizer também que o valor humano é cada vez mais desvalorizado face aos interesses supremos da economia, do individualismo e da acumulação monetária. Reflexos desta lógica dominante podem ser encontrados nos processos de privatização de uma série de serviços que deveriam ser públicos, como é o caso da saúde e da educação.

Neste cenário apenas as empresas multinacionais têm capacidade para competir no mercado, ditando, aliás, as regras do seu funcionamento. Por outro lado, os trabalhadores têm vindo a ver os seus direitos reduzidos, com cada vez menos protecção social, com salários menores, etc. Os sindicatos têm vindo a perder margem de manobra e em algumas circunstâncias são, aliás, coniventes com o sistema. Muitas destas situações têm sido promovidas pelos Estados ou com o seu apoio.

Em alguns casos são os próprios Estados que utilizando a repressão e a violência procuram manter um clima social propício para a implantação das multinacionais, tudo isto sob o lema do emprego e do desenvolvimento. Estas mesmas multinacionais são as

que se servem dos países que melhores condições lhes oferecem para a acumulação de capital, desrespeitando tudo e todos, e que à primeira oportunidade de conseguirem melhores condições noutra qualquer parte do Planeta se deslocalizam sem aviso prévio e sem qualquer responsabilização social.

Tudo isto configura um quadro geral em que os cidadãos se sentem muito pequenos e incapazes de mudar seja o que for; sentem que existe algo maior do que eles que controla inclusive as suas vidas. A acção cidadã encontra-se, assim, fragilizada e bloqueada.

3. A RESPOSTA LOCAL

3.1 O DL como um processo educativo e formativo transformador

Correndo o risco de simplificar excessivamente, diria que um processo de promoção do desenvolvimento local se concretiza através de acções de animação, de formação e de organização².

A *animação* traduz-se num conjunto de actividades e projectos que visam criar uma dinâmica, um movimento de fundo, que se deve estender até englobar todos os grupos da população de um território, criando um quadro favorável à iniciativa, ao empreendimento, em suma, ao processo de desenvolvimento local.

A *formação* – e não apenas a formação profissional – centra-se na capacitação de pessoas e estruturas para a concretização de projectos e a condução de processos. As acções de formação constituem formas de intervenção mais intensivas, conduzidas com grupos restritos da população.

² Soares, Priscila (Coord.) (2001), Formação para o desenvolvimento – formação/inserção profissional territorializada, Associação In Loco, Faro.

Quanto à **organização**, aposta na criação de espaços e ligações de cooperação entre actores e entidades locais, no interior de um território, e na articulação regulada de uns e de outras, bem como das estruturas a que tenham dado origem, com o exterior.

No entender na In Loco, todas estas acções – mesmo as de animação e de organização – são formativas, na medida em que constituem formas de participação e de capacitação para a participação, responsável e eficaz, num processo de desenvolvimento local.

Neste sentido, o que a In Loco procura fazer, através da sua intervenção concreta e polivalente, é **educação de adultos e formação para a cidadania**.

3.2 A Animação para o Desenvolvimento Local

Não desvalorizando obviamente as componentes de formação e organização, dedicarei de seguida especial atenção às questões da animação local para o desenvolvimento, por ser provavelmente um dos dispositivos de intervenção que mais têm distinguido o trabalho da In Loco.

O termo "animador" tem vindo a ocupar um certo lugar de destaque na linguagem do desenvolvimento local. É também comum encontrá-lo associado a outras situações. O professor, o organizador de reuniões, o moderador, o formador, entre outros, são muitas vezes chamados de animadores de grupos.

Na sua origem, o animador está associado ao domínio da vida cultural, da educação dita popular, das práticas de tempos livres, num certo sentido de voluntariado. É daqui que surge a terminologia de animador sócio-cultural.

A In Loco apropriou-se deste termo e acrescentou à designação inicial as palavras 'de desenvolvimento local'. Entendeu deste modo que as funções do animador ultrapassam as da animação sócio-cultural, integrando outras dimensões que se revelam imprescindíveis em processos de desenvolvimento dos territórios.

Na perspectiva da In Loco, o animador é um agente de desenvolvimento, de indivíduos, de grupos e de comunidades. Intervindo num dado território e inserido numa equipa técnica mais vasta, ele procura diagnosticar os problemas, encontrar em conjunto com os outros actores as soluções, promovendo, assim, a mudança, entendida como melhoria

das condições de vida das pessoas a quem se destina a sua acção. Ele é, em síntese, um facilitador de dinâmicas locais e um mediador de vontades.

3.3 A animação como um contributo para a cidadania local

Animação – projectos localizados e de pequena escala (empresário e empreendedores individuais e colectivos); programas e estruturas de educação, de formação e investigação aplicada e participada; organização e mobilização locais, capazes de levarem à emergência de um processo de desenvolvimento local largamente apoiado (empreendimento colectivo): eis um itinerário (em que as várias fases se processam paralelamente e não em progressão linear) que, quando adequadamente apoiado com recursos humanos e materiais internos e externos, pode levar as zonas rurais em declínio no caminho do desenvolvimento.

Poderíamos tentar definir a animação como um conjunto de práticas sociais, culturais e outras que visam estimular e incentivar a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas. Este trabalho é necessariamente lento e contínuo e resulta do interesse dos indivíduos envolvidos e das necessidades existentes nas comunidades, podendo abranger uma grande diversidade de áreas da vida quotidiana, na resposta a problemas locais, assumindo, assim, uma função de desenvolvimento.

A animação representa um modo de intervir multisectorial. Ela pode ser posta ao serviço de qualquer domínio da vida das comunidades. Pode-se falar de animação de crianças, jovens, mulheres, idosos; animação comunitária e de grupos; animação sócio-profissional, sócio-recreativa e cultural, entre outras. O ponto de partida é sempre diferente de território para território, mas o trabalho de animação parece-nos insubstituível.

O carácter multisectorial da intervenção aliado à dinâmica criativa que consegue gerar em territórios deprimidos, faz da animação um instrumento de desenvolvimento local cheio de potencialidades.

3.4 O animador local como ‘elo de ligação’

A figura do animador local permite encontrar uma forma de equilíbrio entre a intervenção da In Loco e os modos de vida locais. Por um lado, estabelece-se, assim, a desejada proximidade com a população, sendo mesmo de referir a existência de um acentuado inter-conhecimento, sobretudo pessoal, entre a população e os animadores, o que permite uma visão mais adequada das dinâmicas locais. Por outro lado, o animador mantém um relacionamento profissional com a Associação In Loco, o que permite aceder a uma série de informações, programas e projectos de interesse para o local. Esta situação de elo de ligação entre o interior e exterior, fazendo a ponte de dentro para dentro, de dentro para fora e de fora para dentro do território, permite inventar processos de intervenção muito mais ajustados às dinâmicas, à cultura e aos interesses locais.

Pode adiantar-se ainda, que para além do trabalho com a população, os animadores são também responsáveis pela promoção de parcerias, quer sensibilizando e mobilizando os diferentes actores locais para tarefas que devem ser comumente assumidas e executadas, quer implicando os técnicos exteriores, procurando potenciar a sua actuação através de intervenções devidamente articuladas.

De um modo geral, poder-se-á dizer que os animadores dividem a sua actividade entre o trabalho de terreno, indo ao encontro das pessoas e das instituições, e o núcleo local de apoio ao desenvolvimento, onde prestam informações ao público que a eles se dirige.

Para além do equilíbrio entre uma intervenção externa e a vida no local, a capacitação de pessoas da comunidade, neste caso os animadores, para um trabalho de desenvolvimento local é algo que é muito caro à Associação In Loco. Essa é a forma que procura encontrar para que o processo, embora apoiado externamente, seja assegurado internamente, no que se refere à mobilização das pessoas.

Os animadores que trabalham com a In Loco são pessoas jovens, que antes desta actividade viviam no risco de um dia sair da sua terra em busca de uma profissão e de melhores condições de vida. O facto de se terem fixado como animadores, possibilitou-lhes permanecer na sua comunidade, exercerem aí uma actividade profissional e contribuir para o desenvolvimento da sua terra. Ajudou também a melhor conhecerem o meio que os rodeia e a tomarem consciência dos problemas que o afectam.

Sobre esta matéria, arriscamo-nos mesmo a concluir que um dos grandes resultados que a animação produziu em termos pessoais nos animadores é o da sua ‘transformação’ em agentes activos e motivados para uma intervenção local para o desenvolvimento das suas próprias comunidades. De uma situação de possível migração para outra qualquer região (ou país), os animadores passaram a ser agentes locais que tentam contrariar essa mesma tendência de desertificação e êxodo rural.

O trabalho em rede entre os animadores permite ainda uma consciencialização de que os problemas que cada um vive localmente são muitas vezes problemas que outros também sentem noutros territórios. Esta situação ajuda, por vezes, ao confronto de experiências e à tentativa de encontrar soluções em conjunto para a resolução de determinados problemas com que se deparam na intervenção.

Tudo isto nos leva a concluir que se a In Loco decidisse abandonar o seu trabalho na Serra do Caldeirão, teria pelo menos conseguido sensibilizar, formar e capacitar um grupo de pessoas (os animadores) para uma intervenção de animação e desenvolvimento local sobre as suas próprias comunidades. Estamos convictos que estes animadores, embora pudessem vir a estar parcialmente integrados noutras actividades profissionais, não deixariam de se dedicar, na medida do possível, à animação de processos de desenvolvimento local nos seus territórios.

3.5 A animação como serviço inovador

Com a multiplicidade de funções que os animadores desempenham torna-se fácil perceber que estamos perante um novo serviço de apoio às populações rurais, de características inovadoras. De facto, quer pelo trabalho de terreno, quer pelas funções de atendimento ao público que desempenham nos núcleos locais, os animadores estão a prestar um tipo de serviço multisectorial, de grande proximidade com as populações.

Os animadores constituem uma peça chave no processo de sensibilização, dinamização das populações e diagnóstico, estruturação, lançamento e acompanhamento de projectos e iniciativas locais.

Todo o tipo de actividades de animação que vimos tem por objectivo mais imediato criar dinâmicas locais onde elas não existem e reforçar as já existentes, de forma a propiciar as condições necessárias para a mobilização dos vários actores. Na verdade, a animação de pequena escala é muito importante quando se pretende incentivar e provocar um processo de desenvolvimento local em meios deprimidos e isolados, contribuindo para elevar a auto-estima, testando a capacidade local para traduzir necessidades, aspirações e ideias em projectos de rápida concretização e de impacto multiplicador.

Quando orientada de forma contínua e multiseccional, a animação local para o desenvolvimento tem-se revelado como um instrumento fundamental de mudança para a vida das pessoas e do próprio território, estimulando os envolvidos a tornarem-se agentes do seu próprio desenvolvimento. Nenhum outro serviço, público ou privado, conjuga as características que singularizam a animação para o desenvolvimento local.

3.6 Aumentar o ‘campo dos possíveis’

O grande mérito do trabalho de animação local assenta, sobretudo, no facto de ter contribuído para aumentar o ‘campo dos possíveis’ na vida de muitas das pessoas que dele têm beneficiado directa ou indirectamente. Seja pelo medo da mudança, pela baixa auto-estima, pela perspectiva de um futuro pouco ou nada diferente, ou pelas próprias características do território, sabe-se que em meios deprimidos, marcados pela emigração dos seus elementos mais qualificados, onde ficaram sobretudo os mais velhos e onde se resiste a um grande número de constrangimentos e adversidades, as pessoas que aí residem e trabalham preferem na maioria dos casos manter formas de vida rotineiras, sem sobressaltos, em vez de empreenderem uma qualquer actividade que ajude a melhorar as suas condições de existência.

Muitas até têm ideias sobre aquilo que gostariam de um dia vir a fazer. Pensemos, por exemplo, num casal de meia-idade que vive numa situação de grande isolamento e que mantém como único meio de subsistência a sua pequena horta, a exploração caprina e alguns ‘biscates’, que de vez em quando vão aparecendo. Porventura já lhes terá ocorrido a ideia de que gostariam de melhorar as condições físicas da sua exploração e até aumentar o número de cabras.

Não tendo qualquer noção sobre as dificuldades que este processo de mudança acarretaria, preferem manter-se como estão a incorrer numa qualquer aventura que piore ainda mais as suas vidas. Sozinhos nunca emprenderiam tal mudança.

Se decidissem avançar com a ideia, não lhes ocorreria, por exemplo, que teriam que desenvolver apertadas medidas de segurança em termos das condições higiosanitárias da exploração e de controlo da brucelose, que eventualmente poderiam construir uma queijaria, aumentar a qualidade dos produtos, começar a produzir para um público mais alargado, beneficiando para tal do apoio do animador.

São estas as duas diferenças substanciais que marcam o trabalho do animação. Por um lado, procuram ouvir as pessoas, as suas queixas, desejos e até sonhos de um dia vir a fazer qualquer coisa e, por outro lado, tentam ultrapassar todos os obstáculos técnicos, logísticos e burocráticos, no sentido de adequar essas ideias às exigências dos financiamentos possíveis para fazer avançar a actividade. A par disto, há toda uma afectividade que se vai estabelecendo entre o promotor e o animador, como se o projecto fosse agora dos dois. Muitas vezes, é preciso passar largos momentos com as pessoas, transmitindo-lhes força e confiança no futuro do projecto, reconhecendo o seu valor e esforço.

Algumas pessoas até poderiam iniciar o processo por si mas a grande maioria seria levada a desistir, dadas as dificuldades que se interpõem e o arrastar burocrático que acontece para fazer aprovar e financiar actividades privadas. Quantas vezes é necessário deslocar-se aos vários serviços públicos, procurando obter mais um qualquer documento para completar o projecto? Pensemos no casal que vive a vários quilómetros da sede de concelho, sem transporte próprio, tendo que caminhar bastante para apanhar o único autocarro que o levará até à cidade. Muitas vezes, os documentos só são obtidos nos

serviços regionais dos diferentes ministérios, o que obriga a deslocações maiores, nomeadamente à capital de distrito. Imaginemos que esse casal seria obrigado a fazer isto inúmeras vezes, tendo para tal que abandonar a sua casa e os animais dias inteiros, sendo obrigado a esperar largos meses por uma resposta favorável (ou não) à aprovação do projecto.

Quem acreditaria que um dia poderiam vir a fazer qualquer coisa para melhorar a sua vida? É também aqui que o trabalho de animação local marca a diferença. Como conta um animador, "por vezes temos que andar com as pessoas ao colo, de instituição em instituição, obtendo os documentos necessários para os seus projectos, e dando-lhes atenção constante para que não desacreditem que um dia poderão vir a ter uma vida melhor".

Não poucas vezes os animadores são confrontados com promotores de projectos que apenas sabem assinar o seu próprio nome. Como poderiam estas pessoas responder às exigências de uma candidatura que financiasse uma determinada actividade produtiva? Mesmo os que sabem escrever não entendem, na maioria dos casos, o que lhes é pedido num formulário de candidatura.

Quando utilizamos a expressão "aumentar o campo dos possíveis", é a isto que nos referimos. Mesmo num meio deprimido e isolado, como é a Serra do Caldeirão, existe um vasto campo para o sonho, a imaginação e para o empreendimento, no sentido da melhoria das condições de vida de quem aí decidiu viver. Existe campo para passar do sonho à realidade, da ideia ao projecto.

Foi assim que se criaram restaurantes, casas de turismo rural, pequenas unidades de transformação de produtos locais, oficinas de artesanato, etc., em locais onde não se pensaria que algum dia tal coisa fosse possível. Outros projectos e/ou actividades de tipo mais colectivo, como é o caso de algumas feiras, também foram surgindo um pouco por toda a serra, e em muitos casos o animador foi um grande impulsionador local desses eventos.

Em contextos territoriais deprimidos e recuados, as pessoas têm dificuldades em deslocar-se à sede de freguesia ou de concelho da sua área de residência. Aliando a isto

uma população descrente das instituições e céptica em relação a cenários de mudança da vida quotidiana, podemos entender melhor a importância de uma animação de proximidade que vai ao encontro das pessoas, procura ouvir os seus problemas, passar-lhes informação adequada, sensibilizá-las para as oportunidades que têm de melhorar as suas condições de vida e ajudá-las nessa mudança.

3.7 Criar uma cultura de desenvolvimento

A ideia forte na qual assenta a animação é a da proliferação de pequenas actividades e projectos que procuram criar uma dinâmica de fundo no território, estendendo-se ao ponto de envolver o máximo de actores possíveis, propiciando, desde modo, a emergência de condições favoráveis à iniciativa individual e colectiva, ao empreendimento, em suma, ao processo de desenvolvimento local.

Com efeito, pensamos que só é possível falar em desenvolvimento se a dinâmica gerada tiver criado, ou reforçado, diferentes projectos locais, relativamente independentes uns dos outros, mas todos eles associados no mesmo processo de animação social e cultural.

Trabalhar no local não é, porém, tarefa fácil. O local é, aliás, um meio fortemente contrastante. Se é a este nível que as pessoas mais prontamente se mobilizam para defenderem os seus interesses colectivos, é também aqui que os conflitos estão fortemente enraizados e onde as rivalidades e as invejas se fazem sentir, tanto entre pessoas como entre entidades. Encontramos conflitos de tipo pessoal, familiar e político, entre outros. Trabalhar em prol do desenvolvimento local, procurando para isso mobilizar os diferentes actores locais, no sentido de fazer emergir uma dinâmica conjunta, não se afigura uma tarefa fácil. Sabe-se mesmo que muitas vezes esta mobilização não é possível, pois o conflito impera.

Esta é muitas vezes a função do animador. Em variadíssimas circunstâncias o seu trabalho pode ser equiparado ao de mediador de conflitos, fazendo ver aos diferentes actores a importância que determinada actividade ou projecto pode ter para a comunidade e os benefícios que daí podem advir para todos, se transformarem as suas posições em interesses comuns, gerando outras alternativas. A actividade de animação

local, é especialmente importante ao nível das situações em que os consensos são frágeis, pela postura neutra e imparcial que deve representar.

A animação local, com estas características, tem a vantagem de fazer congregar alguns aspectos que permitem multiplicar as vontades e os interessados em melhorar as suas próprias condições de vida e as da sua comunidade:

- a proximidade;
- a disponibilidade;
- o interconhecimento;
- a imparcialidade;
- a confiança pessoal;
- o atendimento personalizado;
- o conhecimento das dinâmicas e conflitos locais;
- e a energia aplicada na procura de soluções para problemas.

3.8 A animação local como processo educativo

Consideramos que a intervenção dos animadores tem ajudado a promover uma cultura de cooperação, facilitando a ligação entre actores e procurando bases para um trabalho conjunto.

Mesmo no apoio a promotores individuais, o animador tem procurado estabelecer uma cultura de saber ouvir, de aprendizagem constante e de respeito pela vontade de cada um. No seu trabalho, encara cada promotor como um participante e não como um destinatário de uma qualquer acção. Esta passagem de destinatários a participantes de pleno direito afigura-se como um processo educativo, gerador de auto-confiança, de autonomia, de ganho de consciência sobre as dificuldades inerentes a qualquer projecto, e de capacidade para intervir de forma cada vez mais activa e informada na resolução dos problemas que afectam as populações locais.

O relacionamento dos animadores com a população é bastante amistoso e muito convival e, em muitos casos, as pessoas sentem-se à vontade com eles, começando

inclusive a procurá-los para outras tarefas que ultrapassam as suas actividades. Os animadores são muitas vezes olhados como alguém a quem se pode recorrer se se sentir alguma dúvida, se for necessária alguma informação ou mesmo para pedir um pequeno favor.

A animação local para o desenvolvimento comporta momentos e situações de inegável dimensão educativa. O envolvimento da população, associada à dinâmica participativa, pode desencadear um processo pedagógico importante, que resulta do auto-questionamento constante, da definição de problemas e da procura de soluções, dos contactos permanentes, geradores de uma informação multidirecional, e de uma aprendizagem em comum, impulsionadores de uma vontade de melhorar as condições de vida e agir sobre o local.

4. UMA CORRIDA DE FUNDO

O trabalho de animação local para o desenvolvimento permite-nos perceber que é ao nível local que melhor podemos exercer a nossa cidadania! Uma cidadania transformadora e que procura inverter a tendência de abandono e de fatalismo a que estão votadas vastas camadas da população mundial.

Perante as formas devastadoras com que se impõe a nova ordem mundial, somos por vezes levados a desacreditar no nosso próprio trabalho. Questionamo-nos sobre o que fazemos, qual o sentido da nossa acção, o que pretendemos alcançar, que impactos tem a nosso trabalho perante as forças hegemónicas?

Quem trabalha no desenvolvimento local não tem a pretensão de produzir por si só uma alternativa global ao modelo hegemónico. O que se procura é actuar nas múltiplas fracturas económicas, sociais, ambientais e outras provocadas por esse mesmo modelo, criando campo para o desenvolvimento de formas alternativas de criar riqueza e viver o mundo actual., A prática dos agentes de desenvolvimento consiste, como diz Alberto

Melo³, “no lento mas sólido estabelecimento de uma coexistência criativa e fértil de diferentes formas de trabalho, produção, consumo e convivência. E isto é, sem dúvida, um passo decisivo no avanço da democracia: atingir uma economia plural como parte de uma sociedade verdadeiramente aberta.”

O que procuramos é a criação de uma sociedade moderna e de uma democracia avançada, onde valores como o pluralismo e a diversidade sejam dimensões fundamentais da vida social, política e económica. Onde os cidadãos possam exercer uma plena cidadania, em defesa dos seus direitos, da qualidade de vida e do desenvolvimento das suas comunidades. Onde exista espaço para a experimentação e para a implementação de estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável.

Este é um longo caminho, com avanços e retrocessos, mas onde a convicção obriga à persistência. É neste campo que muitas pessoas encontram a realização pessoal e é aqui que sentem mais cidadãos. Sentem também que muito está ainda por fazer. Muitas das pessoas com quem vamos trabalhando não são e nem sentem verdadeiros CIDADÃOS; ainda não ganharam consciência, nem vontade para um envolvimento mais sério e criativo na comunidade onde se inserem. Muitas das pessoas estão no nível zero da cidadania; não sabem o que é; nunca ouviram falar; não estão mobilizadas para esse fim; não sabem os seus direitos; aceitam tudo tal como é; não questionam; não são capazes de se envolver, etc.

Por tudo isto e muito mais, em qualquer trabalho de desenvolvimento local que aspire chegar ao aprofundamento da cidadania como forma de revitalização das comunidades e meio de resistência à vaga de dominação global, tem em primeiro lugar que “construir cidadãos”. Nós temos eleitores (que votam pouco), um país dividido entre o interior e o litoral, a pobreza e a exclusão e crescerem, uma série de atentados à liberdade das pessoas, assim como uma insatisfação social que não se faz sentir. Isto só nos poderá levar a concluir que a grande maioria das pessoas não é cidadã de corpo inteiro. Este é o ponto de partida para qualquer intervenção que vise a mudança social. A construção de

³ Melo, Alberto (2004) “A acção local dos cidadãos como meio de resistência à nova vaga de colonização global” in Santos, B. Sousa – Produzir para Viver – Os caminhos da produção não capitalista, Coleção “Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos, n.º 2, Ed. Afrontamento, Porto.

novos cidadãos, mais conscientes, mais responsáveis e intervenientes nas sociedades onde vivem.